

Investigação com a Indústria

Foi um dia extraordinário, aquele que reuniu no Forum Picoas os investigadores industriais, universitários e dos laboratórios estatais, sob organização da JNICT e com a participação interessada da DG XIII das Comunidades Europeias. A razão imediata do encontro foi chamar a atenção dos empresários e investigadores portugueses para a possibilidade de uma maior participação nos programas comunitários RACE e ESPRIT. Este objectivo foi atingido. Mas outros valores se alevantaram.

A procura de modos eficazes na interacção Universidade-Indústria tornou-se um ponto forte nas programações estratégicas ministeriais. São diversas as iniciativas projectadas, sob pressão de 1993, todas assentes na confiança que a modernização industrial poderá aportar à economia. Neste processo a investigação científica e tecnológica desempenha um papel principal, que se traduz numa íntima ligação dos ambientes pesquisadores e do desenvolvimento.

Foi nesta perspectiva que o Eng.^o Renato Morgado, observando a realidade actual, reconheceu importância fundamental na aproximação dos universitários às indústrias, dada a diferença enorme que se evidencia entre as actividades de investigação nas empresas e nos centros universitários. No seu parecer, os de «maior cultura tecnológica» devem dirigir-se aos de «menor cultura tecnológica» e tentar estabelecer elos de ligação, porque ao contrário não acontecerá.

É uma verdade, já que se trata de uma lei universal: os mais poderosos (melhor posicionados no sistema socioeconómico) nunca olham para os mais fracos como parceiros iguais (porque é a lição do sistema político). Desprezam-nos simplesmente ou aceitam-nos com desprezo, que o resultado acaba por ser o mesmo. Para sair deste desnivelamento imperfeito, os universitários terão de tomar consciência da impertinência do seu isolamento, afinal suportado por receitas do orçamento público ou de concessões comunitárias pseudo-desenvolvimentistas.

A investigação fundamental e aplicada que se faz nos laboratórios universitários e estatais deve ter repercussões positivas no desenvolvimento industrial português. Se os criadores do conhecimento inovador não transmitem, eles próprios, esse saber a quem produz — e mais que conseguem será preparar a mortífera dinamização da futura pedagogia, enquanto o mercado produtivo e mercantil vai passando ao lado.

Uma vez assente que os investigadores universitários, pelo menos os que lidam com as tecnologias, se devem preocupar com a aproximação às empresas industriais, fica por resolver o problema da sua concretização. Não basta diagnosticar o mal. Agora é preciso criar condições para que esse contacto se realize e permaneça.

Quanto à realização dos contactos Universidade-Indústria, não temos dúvida que será indispensável haver interesses comuns nos projectos em que ambas as partes participam. É uma dificuldade grande, pois existe um conflito de objectivos institucionais e são manifestos os diferentes empenhamentos na investigação, mas será uma dificuldade ultrapassável. No que respeita à permanência dos contactos, também não há dúvida que faltam infraestruturas vocacionadas para manter a interacção Universidade-Indústria, embora o PEDIP a proponha diminuir, através do Sub-Programa de Infraestruturas Tecnológicas, pela implementação de associações em centros de transferência e unidades de demonstração, integráveis ou não em institutos de novas tecnologias e centros de excelência.

Todavia, estes mecanismos só funcionarão eficazmente se a Indústria instalar a investigação na sua casa. Para isso, somos da opinião, que imprimimos no citado programa operacional do PEDIP, que cada empresa industrial deve possuir nos seus quadros um «Administrador de Investigação», situado ao mais alto nível hierárquico, que coordene e dinamize especificamente os destinos estratégicos da produção industrial (figura que os americanos chamam «Vice-President in Charge of Research»).

Todas estas ideias se harmonizam com a expressão de síntese do Prof. Carlos Salema, Presidente da JNICT, no final do referido dia extraordinário, ao reconhecer a necessidade de conjugar os esforços dos diferentes investigadores em projectos nacionais, acima da natureza complementar dos projectos comunitários. São prioridades essenciais, em sintonia com a tese de implementação das infraestruturas, as quais só podem sobreviver pela realização de projectos adaptados aos interesses socioeconómicos do País.

